

Plano anual de Auditoria Interna

*Annual internal
audit plan*
2022

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO COMPLEXO INDUSTRIAL
E PORTUÁRIO DO PECÉM

1- INTRODUÇÃO

O presente Plano Anual das Atividades de Auditoria Interna – PAINT constitui-se no planejamento das ações da unidade de Auditoria Interna da Companhia de Desenvolvimento do Complexo Industrial e Portuário do Pecém para o exercício de 2022, em conformidade com o disposto no Art. 9º, §3º, I, da Lei Federal nº 13.303/2016.

O detalhamento das atividades está apresentado no Anexo II, compreendendo a previsão de programas de auditoria para 2022, envolvendo setores e processos diversos, objetivando atender à estrutura organizacional da Companhia, Diretoria Executiva, Conselho de Administração e Conselho Fiscal.

A auditoria interna é de suma importância para as organizações, desempenhando papel de grande relevância, ajudando a eliminar desperdícios, simplificar tarefas, servir de ferramenta de apoio à gestão e transmitir informações aos administradores sobre o desenvolvimento das atividades executadas.

Sendo a auditoria interna importante como controle administrativo, ela verifica a existência dos controles internos e procura contribuir para o seu aprimoramento. Essa ferramenta tão preciosa, além de verificar se as normas internas estão sendo seguidas, procura avaliar se há necessidade de novas normas, procedimentos e controles mais adequados e ágeis.

O objetivo da auditoria interna é beneficiar a organização com melhor controle de seu patrimônio, procurando reduzir a ineficiência, negligência, incapacidade, erros e fraudes. A realização de procedimentos regulares visando identificar as falhas e preveni-las, reforçando os controles, é imprescindível para qualquer gestão organizacional.

Neste sentido, a auditoria interna, preventivamente, realiza a análise da adequação dos mecanismos de controle, visando maior segurança patrimonial e confiabilidade nos relatórios contábeis e gerenciais.

O auditor interno deve obter, analisar, interpretar e documentar as informações físicas, contábeis, financeiras e operacionais para dar suporte aos resultados de seu trabalho.

Através do relatório, o auditor interno prescreverá recomendações e as providências a serem tomadas pela administração. Portanto, não basta a simples existência do aparato de auditoria, mas a responsável implementação das recomendações e procedimentos cabíveis a rotinas organizacionais. Daí sua importância como instrumento de mudança e controle.

1.1 - Procedimentos da Auditoria Interna

Os procedimentos da Auditoria Interna constituem análises e investigações, incluindo testes de observância e testes substantivos, que permitem ao auditor interno obter subsídios suficientes para fundamentar suas conclusões e recomendações à administração da organização.

Os testes substantivos visam à obtenção de evidência quanto à suficiência, exatidão e validade dos dados produzidos pelos sistemas de informação da organização.

Os testes de observância visam à obtenção de razoável segurança de que os controles internos estabelecidos pela administração estão em efetivo funcionamento,

inclusive quanto ao seu cumprimento pelos funcionários. Na sua aplicação, devem ser considerados os seguintes procedimentos:

- a) Inspeção – verificação de registros, documentos e ativos tangíveis;
- b) Observação – acompanhamento de processo ou procedimento quando de sua execução;
- c) Investigação e confirmação – Obtenção de informações perante pessoas físicas ou jurídicas conhecedoras das transações e das operações, dentro ou fora da organização.

As informações que fundamentam os resultados da Auditoria Interna são denominadas de “evidências”, que devem ser suficientes, fidedignas, relevantes e úteis, de modo a fornecer base sólida para as conclusões e recomendações à administração da organização.

O processo de obtenção e avaliação das informações compreende:

I – A obtenção de informações sobre os assuntos relacionados aos objetivos e ao alcance da Auditoria Interna, devendo ser observado que:

- a) A informação suficiente é aquela que é real e convincente, de tal forma que uma pessoa prudente e informada possa entendê-la da mesma forma que o auditor interno;
- b) A informação adequada é aquela que, sendo confiável, propicia a melhor evidência alcançável, por meio do uso apropriado das técnicas de Auditoria Interna;
- d) A informação relevante é a que dá suporte às conclusões e às recomendações da Auditoria Interna;
- e) A informação útil é a que auxilia a organização a atingir suas metas.

II – A avaliação da efetividade das informações obtidas, mediante a aplicação de procedimentos da Auditoria Interna, incluindo testes substantivos, se as circunstâncias assim o exigirem.

O processo deve ser supervisionado para alcançar razoável segurança de que o objetivo do trabalho da Auditoria Interna está sendo atingido.

1.2 - Fraude e Erro

A Auditoria Interna deve assessorar a administração da organização no trabalho de prevenção de fraudes e erros, obrigando-se a informá-la, sempre por escrito, de maneira reservada, sobre quaisquer indícios ou confirmações de irregularidades detectadas no decorrer de seu trabalho.

O termo “fraude” aplica-se a ato intencional de omissão e/ou manipulação de transações e operações, adulteração de documentos, registros, relatórios, informações e demonstrações contábeis, tanto em termos físicos quanto monetários.

O termo “erro” aplica-se a ato não intencional de omissão, desatenção, desconhecimento ou má interpretação de fatos na elaboração de registros, informações e demonstrações contábeis, bem como de transações e operações da Organização, tanto em termos físicos quanto monetários.

1.3 - Papéis de Trabalho

A Auditoria Interna deve ser documentada por meio de papéis de trabalho, elaborados em meio físico ou eletrônico, que devem ser organizados e arquivados de forma sistemática e racional.

Os papéis de trabalho constituem documentos e registros dos fatos, informações e provas, a fim de evidenciar as análises realizadas e dar suporte à sua opinião, críticas, sugestões e recomendações.

Os papéis de trabalho devem ter abrangência e grau de detalhe suficiente para propiciarem a compreensão do planejamento, da natureza, da oportunidade e da extensão dos procedimentos de Auditoria Interna aplicados, bem como do julgamento exercido e do suporte das conclusões alcançadas.

Análises, demonstrações ou quaisquer outros documentos devem ter sua integridade verificada sempre que forem anexados aos papéis de trabalho.

2 - COMPETÊNCIA E RECURSOS HUMANOS

2.1 - Competência

A Auditoria Interna obedece à seguinte vinculação:

- Ao Conselho de Administração – CONSAD, diretamente ou por meio do Comitê de Auditoria Estatutário.

As atribuições da Auditoria constam do artigo 27º do Estatuto Social, e se fundamentam em:

- *Ser responsável por aferir a adequação do controle interno, a efetividade do gerenciamento dos riscos e dos processos de governança e a confiabilidade do processo de coleta, mensuração, classificação, acumulação, registro e divulgação de eventos e transações, visando ao preparo de demonstrações financeiras;*

2.2 – Recursos Humanos

A Companhia apresenta em sua estrutura organizacional conforme Anexo I.

O Analista lotado na Auditoria Interna é do quadro efetivo e possui graduação em Administração de Empresas, com pós-graduação em Negócios Internacionais / Extensão em varejo.

✓ Quadro Técnico Atual:

Francisco Márcio Cavalcante Mamede

Auditor

Matrícula 0072

CRA/CE 4954

2.3 – Ações de Desenvolvimento Institucional para fortalecimento das atividades da Auditoria Interna e capacitações previstas para 2022

A política de capacitação indicada para a auditoria, tem a finalidade de viabilizar o conhecimento das mais modernas ferramentas de trabalho e de gestão, possibilitando à área de auditoria contribuir, dentro de suas competências, com o alcance dos objetivos institucionais. Essas ações de capacitação são vitais para que efetivamente aconteça o assessoramento da gestão e avaliação dos controles da Instituição.

Em atenção a Instrução Normativa nº 24, de 17/11/2015 da Controladoria Geral da União (CGU), art. 4º, o PAINT conterà a estimativa de horas destinadas à ações de capacitação e participação em eventos que promovam o fortalecimento das atividades de auditoria interna, sendo estimado o mínimo de 40 horas para capacitação.

3 – PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO DAS ATIVIDADES

A proposta do PAINT/2022 leva em consideração o conceito de função multidisciplinar da auditoria interna, assim, tendo a necessidade de monitoramento dos controles e procedimentos em tarefas voltadas a atividades relevantes e de riscos da empresa, considerando processos/atividades identificados com probabilidade e impactos elevados.

O cronograma (presente no Anexo II) e a execução dos trabalhos poderão sofrer alterações ao longo do exercício, em razão de fatores que afetem a sua realização no período estipulado.

O planejamento deve considerar os fatores relevantes na execução dos trabalhos, especialmente os seguintes:

- a) O conhecimento detalhado da política e dos instrumentos de gestão de riscos;
- b) O conhecimento detalhado das atividades operacionais e dos sistemas contábil e de controles internos e seu grau de confiabilidade;
- c) A natureza, a oportunidade e a extensão dos procedimentos de auditoria interna a serem aplicados, alinhados com a política de gestão de riscos;
- d) Os riscos de auditoria, quer pelo volume ou pela complexidade das transações e operações;
- e) O conhecimento do resultado e das providências tomadas em relação a trabalhos anteriores, semelhantes ou relacionados;
- f) As orientações e as expectativas externadas pela administração ao auditor interno;
- g) O conhecimento da missão e objetivos estratégicos.

O planejamento deve ser documentado e os programas de trabalho formalmente preparados, detalhando-se o que for necessário à compreensão dos procedimentos que serão aplicados, em termos de natureza, oportunidade, extensão, e uso de especialistas.

Os programas de trabalho devem ser estruturados de forma a servir como guia e meio de controle de execução do trabalho, devendo ser revisados e atualizados sempre que as circunstâncias o exigirem.

3.1 - Metodologia para elaboração da Matriz de Risco

Os macroprocessos a serem trabalhados neste exercício e nos seguintes levou em consideração os critérios de probabilidade e impacto e dentro do possível a correlação com o planejamento estratégico, a estrutura de governança, o gerenciamento de riscos corporativos, os controles internos, as metas, os objetivos específicos, os programas e as políticas da Companhia.

A Matriz de Risco está representada de acordo com a pontuação obtida de um total de 15 (quinze) pontos. A atividade que atingiu pontuação superior a 50%, resultante da somatória dos três itens (materialidade, relevância e criticidade). Na equação foi atribuído peso 2 ao item julgado de maior importância, àqueles cuja a materialidade não apresentou pontuação, em razão das dificuldades de mensuração.

Apresentamos, a seguir, os critérios para escalonamento das atividades, de acordo com a significância apurada.

3.1.1 - Probabilidade:

Apresenta a perspectiva favorável de que algo venha a ocorrer, conforme pontuação e critérios abaixo discriminados:

PROBABILIDADE		
1	Remoto	0 a 20%
2	Raro	21 a 40%
3	Ocasional	41 a 60%
4	Frequente	61 a 80%
5	Muito Frequente	81 a 100%

3.1.2 - Impacto:

Representa as consequências que o risco pode apresentar, em escala que apresenta se este é economicamente significativo ou não.

IMPACTO		
1	Muito Baixo	
2	Baixo	
3	Médio	
4	Alto	
5	Muito Alto	

3.1.3 - Severidade:

Resultando do cruzamento dos indicadores de classificação Impacto e Probabilidade, conforme tabela a seguir:

MATRIZ DE AVALIAÇÃO DE RISCOS

		PROBABILIDADE				
		Remoto	Raro	Ocasional	Frequente	Muito Frequente
IMPACTO		1	2	3	4	5
Muito Alto	5	05	10	15	20	25
Alto	4	04	08	12	16	20
Médio	3	03	06	09	12	15
Baixo	2	02	04	06	08	10
Muito Baixo	1	01	02	03	04	05

NÍVEIS DE RISCO	
	Muito Alto
	Alto
	Médio
	Baixo

A classificação da Matriz de Risco, seguindo os critérios acima definidos está consolidada na planilha constante do Anexo III.

Ressaltamos que algumas atividades podem ser agrupadas em um mesmo programa, visando a otimização dos trabalhos.

3.2 – Execução das atividades

Os trabalhos priorizam a auditoria *“in loco”*, com a utilização da técnica de amostragem, coleta e análise de dados, sendo os resultados avaliados e discutidos (através de um Relatório), inclusive junto aos auditados, procedendo-se então aos registros dos assuntos entendidos como relevantes, acompanhados das respectivas recomendações ou apenas dos comentários julgados necessários.

3.2.1 Amostragem

Ao determinar a extensão de um teste de auditoria ou um método de seleção de itens a serem testados, podem ser empregadas técnicas de amostragem.

Ao usar método de amostragem, estatística ou não, deve ser projetada e selecionada uma amostra que possa proporcionar evidência de auditoria suficiente e apropriada.

3.2.2 Relatório

O relatório é o documento pelo qual a Auditoria Interna apresenta o resultado dos seus trabalhos, devendo ser redigido com objetividade e imparcialidade, de forma a expressar, claramente, suas conclusões, recomendações e providências a serem tomadas pela administração da organização.

O relatório da Auditoria Interna deve abordar, no mínimo, os seguintes aspectos:

- a) O objetivo e a extensão dos trabalhos;
- b) A metodologia adotada;
- c) Os principais procedimentos de auditoria aplicados e sua extensão;
- d) Eventuais limitações ao alcance dos procedimentos de auditoria;

- e) A descrição dos fatos constatados e as evidências encontradas;
- f) Os riscos associados aos fatos constatados;
- g) As conclusões e as recomendações resultantes dos fatos constatados.

O relatório da Auditoria Interna deve ser apresentado a quem tenha solicitado o trabalho ou a quem este autorizar, devendo ser preservada a confidencialidade do seu conteúdo.

A Auditoria Interna deve avaliar a necessidade de emissão de relatório parcial, na hipótese de constatar impropriedades/irregularidades/ilegalidades que necessitem providências imediatas da administração da organização, e que não possam aguardar o final das análises.

Também poderão ser objeto de auditoria as avaliações pontuais sobre assuntos não priorizados na matriz de riscos, e que forem objeto de consulta, denúncia, monitoramento de recomendações da Auditoria Interna ou dos órgãos de controle. Os resultados desses trabalhos poderão ser encaminhados por meio de “Nota de Auditoria”.

Caso não haja tempo hábil para a execução de todas as ações planejadas, serão priorizadas aquelas que apresentam maiores riscos para os objetivos institucionais, cujas justificativas deverão constar no Relatório Anual da Auditoria Interna.

As ações que não puderem ser desenvolvidas durante o exercício deverão ser avaliadas novamente quanto aos critérios de riscos para serem inseridas no Plano Anual da Auditoria Interna do exercício seguinte.

O Plano consiste no planejamento das ações orientadoras dos trabalhos de Auditoria Interna a serem realizados, observando, sempre que possível, as metas traçadas e o Planejamento Estratégico, priorizando as áreas que apresentam maior relevância e risco para o bom desempenho da Companhia.

4 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Auditoria Interna proverá a assistência necessária aos auditores do TCE quando realizarem trabalhos de auditoria na Instituição, bem como acompanhará e monitorará o atendimento às recomendações emitidas por esses órgãos.

Com a elaboração do PAINT – Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna para 2022 espera-se que os resultados dos trabalhos da auditoria realizados sejam compatíveis com tal planejamento, a fim de que os resultados alcançados possam fortalecer e melhorar as operações da gestão.

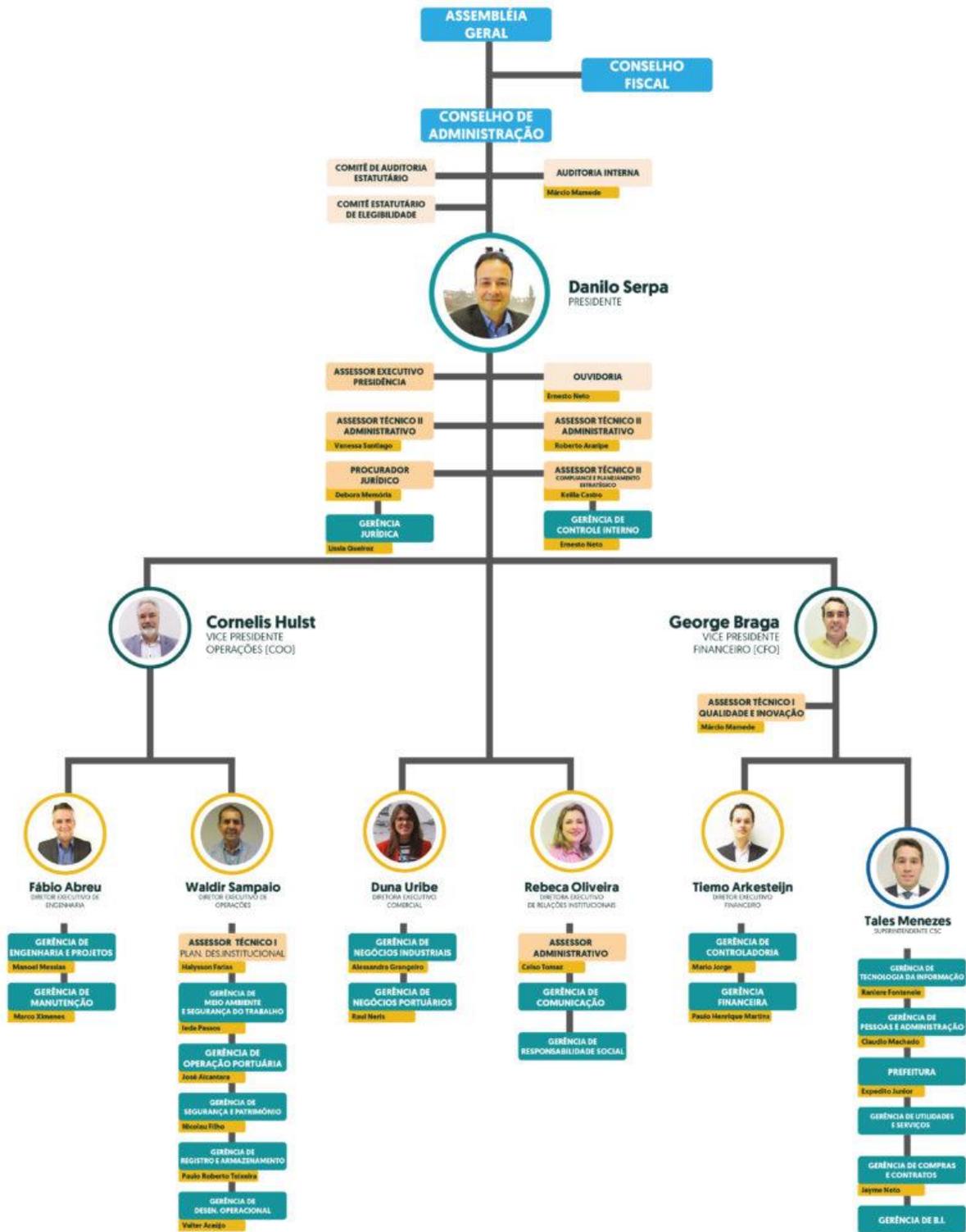
Estima-se atingir êxito em processos que possam atenuar ou até mesmo extinguir as vulnerabilidades encontradas, respeitando as peculiaridades institucionais, buscando adequá-las à legislação pertinente. Dentre os resultados esperados, destacamos:

- Racionalização dos trabalhos de auditoria interna;
- Desenvolvimento e implantação de novas técnicas de auditoria;
- Estruturação e fortalecimento dos sistemas de controle interno administrativo;
- Fortalecimento da política de gestão de riscos;
- Interação com a comunidade acadêmica de forma produtiva;
- Consolidação das funções de planejamento, desenvolvimento, organização e controle interno;

- Otimização dos sistemas administrativos;
- Desenvolvimento e capacitação dos servidores;
- Adequação e distribuição da força de trabalho.

Francisco Marcio C. Mamede
Auditor – CRA/CE nº 4954

ANEXO I – ESTRUTURA ORGANIZACIONAL



ANEXO II – DETALHAMENTO DAS AÇÕES E CRONOGRAMA

Nº	Descrição do risco	Matriz de Risco ID	Área	Objetivos	Escopo	Cronograma												IMPACTO	PROBABILIDADE	SEVERIDADE
						J	F	M	A	M	J	J	A	S	O	N	D			
01	Falta de contingência (equipamentos e recursos) do data center	84	T.I.	Certificar-se do plano e estrutura de contingência do parque tecnológico, que sirva para substituição do parque de produção, em caso de perda total por quaisquer motivos	Equipamentos e estruturas principais e secundários, de base da tecnologia, que são suporte do funcionamento das operações												Baixa	Alto	Média	
02	Falta de expansão do armazenamento	81	T.I.	Certificar-se da capacidade necessária e prevista de armazenamento de dados corporativos, plano de expansão, e possibilidade real de perder arquivos importantes e não ter onde recuperá-los.	Estrutura e recursos de armazenamento de dados													Alta	Alto	Alta
03	Falta de cabeamento estruturado da rede de dados corporativo	80	T.I.	Certificar-se da disponibilidade de cabeamento da rede de dados corporativo adequado, baseado em projeto e certificado.	Projeto de cabeamento e equipamentos correlatos													Alta	Alto	Alta
04	Ausência de sistemas e falta de melhorias nos existentes	72	T.I.	Certificar-se se há carência de automação das atividades (sistemas)	Sistemas, controles, rotinas e programas em uso na Companhia													Alta	Alto	Alta
05	Falta de identificação e/ou do registro e da regularização dos imóveis (terrenos) cedidos pelo Estado à companhia,	65	COMERCIAL	Certificar-se da identificação e regularização dos imóveis de forma que não impacte na exploração e o uso comercial dos terrenos para a efetivação de novos negócios na área industrial, e evitar insegurança jurídica para os investidores	Documentos de identificação e regularização e/ou processos que se relacionem com o escopo													Média	Médio	Média
06	Princípio de incêndio nos porões dos navios, equipamentos e edificações	10	SEGURANÇA DO TRABALHO	Certificar-se da eficiência e disponibilidade dos equipamentos e ações de combate à atividade portuária e movimentação de carga	Equipamentos, capacitação de pessoal, sistema de combate e alerta, sistema de comunicação													Média	Médio	Média
07	Despesas imprevistas oriundas da não utilização das Garantias Contratuais	71	COMPRA	Certificar-se do não pagamentos de bens ou serviços que poderiam não ser efetuados por estarem em períodos de garantia	Objetos contratuais													Média	Alto	Alta
08	Risco ANTAQ	66	DESENV. OPERACIONAL	Certificar-se do conhecimento e atendimento da avaliação da conformidade regulatória, do atendimento à qualidade dos serviços prestados	Contrato de adesão nº 113/2016-AMTAQ; Normativos e processo abertos pela Agência													Média	Médio	Média
10	Coordenar a execução dos programas de auditoria e dos acompanhamentos dos relatórios emitidos.	*	DIVERSAS	Buscar os resultados propostos na programação de atividades e o acompanhamento das recomendações	Programação de auditorias previstas e respectivos processos dos relatórios gerados.													-	-	-
	Proporcionar celeridade e efetividade na adoção das ações recomendadas.			Relatórios, diligências e outras demandas oriundas dos órgãos de controle.																-
10.1	Atendimento ao CONSAD e também aos setores da estrutura organizacional.	*	DIVERSAS	Assessoramentos internos e externos	Coordenar e executar trabalhos, bem como participar de reuniões diversas.													-	-	-
10.2	Atividades voltadas à capacitação, como exemplo palestras, cursos voltados para os programas de auditoria e leituras técnicas diversas	*	RH AUDITORIA	Aperfeiçoamento técnico	Participar de treinamentos e buscar transmitir ensinamentos dentro da organização.													-	-	-
10.3	Horas destinadas à participação em reuniões, análises, pesquisas, férias, acompanhamento de relatórios de auditoria emitidos e outras tarefas correlatas.	*	AUDITORIA	Administrar as demandas administrativas da unidade e atendimento as normas e legislações aplicáveis	Processos, estudos e controles internos.													-	-	-

PROBABILIDADE: MUITO ALTA = Quase certa e esperada (>90%); ALTA = Provável (65% a 90%); MÉDIA = Possível (35% a 65%); BAIXA = Improvável (10% a 35%); MUITO BAIXA = Raramente ou excepcionalmente (<10%)
IMPACTO: MUITO ALTO = Desvio de prazo total do projeto > 20%; ALTO = Desvio de prazo total do projeto entre 10% e 20%; MÉDIO = Desvio de prazo total do projeto entre 5% e 10%; BAIXO = Desvio de prazo total do projeto entre <5%; MUITO BAIXO = Sem desvio de prazo do projeto, somente para atividade(s)

ANEXO III – MATRIZ DE RISCO (resumo)

ID	IDENTIFICAÇÃO DO RISCO (1)	DESCRIÇÃO DO RISCO (2)	ÁREA RESPONSÁVEL PELO RISCO (3)	PROB	IMPACTO	SEVERIDADE
2	Concentração de grande parte de Faturamento em apenas uma empresa	Concentração de parte da receita oriunda de faturamento principalmente da CSP.	Comercial	Baixa	Médio	Média
5	Oscilações diante de mudanças no Mercado (Movimentação)	Incertezas diante do cenário econômico, alteração e variáveis cambiais, perdas econômicas por parte de Exportadores e produtores, devido a eventos que não estão sob controle das empresas ou pessoas (pandemia), podendo impactar na movimentação e diminuição das operações.	Comercial	Baixa	Médio	Média
6	Carência de normativos da CIPP e Não aplicação das Normas	O não atendimento dos requisitos legais, ocasionando retrabalhos e falha nos processos	Controle Interno	Média	Médio	Média
7	Qualidade das relações porto-comunidade.	Relações adversárias com a comunidade podem levar o porto a enfrentar litígios por não conformidade, oposição da comunidade e imprensa negativa.	Responsabilidade Social	Baixa	Alto	Média
8	Crise resultante de abalo da imagem institucional da CIPP	Abalo da imagem da CIPP em decorrência de situações advindas quer de sua operação, quer de feedback externo, provocando a fragilidade da empresa perante seus stakeholders, parceiros, clientes e a comunidade.	Comunicação	Média	Médio	Média
9	Falta de planejamento e preparo para adequação da CIPP às exigências da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD)	A empresa deve estar ciente e se adequar as leis e normas governamentais mais especificamente a LGPD para que não sofra algum tipo de dano.	Controle Interno	Baixa	Médio	Média
10	Incidentes ambientais por derramamento e/ou vazamento de cargas	Evento não previsível capaz de causar danos ao meio ambiente ou a saúde humana, como vazamento ou derramamento de carga ou combustíveis (no caso defeito nos equipamentos portuários), durante as operações portuárias	Meio Ambiente	Média	Médio	Média

11	Falta de licenciamento ambiental da CIPP (Companhia)	Suspensão temporária ou definitiva da Licença de Operação do Terminal Portuário do Pecém	Meio Ambiente	Muito Baixa	Muito Alto	Média
12	Falta de licenciamento ambiental do CIPP (Complexo)	Não conclusão do processo de licenciamento do Complexo Industrial e Portuário do Pecém	Meio Ambiente	Baixa	Médio	Média
13	Princípio de Incêndio nos porões dos navios, equipamentos e edificações	Risco de incêndio inerente à atividade portuária e movimentação de carga	Meio Ambiente	Baixa	Médio	Média
14	Descumprimento de requisito de Alfadegamento	Deixar de cumprir pré-requisito para a emissão de título de alfandegamento especificado em portaria da Receita Federal de maneira irrevogável e voluntária.	Desenvolvimento Operacional	Média	Médio	Média
16	Embargo de Operação	Embargo de operação pelos Órgãos Intervenientes (RFB, Ministério do Trabalho, ANTAQ, IBAMA, MAPA)	Gerência de Registro e Armazenagem	Média	Alto	Alta
17	Falha no suprimento de Energia Elétrica	Descontinuidade total ou parcial do suprimento de energia.	Manutenção	Baixa	Muito Alto	Alta
18	Problemas de manutenção em componentes estratégicos (Água, Incêndio, Defensas, Iluminação Externa)	Problemas em sistemas ou equipamentos essenciais ao funcionamento do terminal.	Manutenção	Média	Médio	Média
19	Não cumprimento de condicionante com contrato de adesão com ANTAQ	Não cumprir o que está especificado na cláusula décima terceira referente as obrigações do autorizado constante no contrato de adesão.	Desenvolvimento Operacional	Baixa	Baixo	Baixa
20	Não atendimento do tempo de 4 horas para o Sistema de Monitoramento e Vigilância Eletrônica	No caso de falha ou indisponibilidade dos componentes do Sistema, o tempo para recuperação do estado operacional pleno deverá ser no máximo 4 horas.	Desenvolvimento Operacional	Baixa	Alto	Média
21	Não atendimento do a legislação aduaneira de 3 horas para o FALTA DE COMUNICAÇÃO DE INOPERANCIA do Sistema de Gerenciamento Portuário	No caso de falha ou indisponibilidade dos componentes do Sistema ou do Próprio Sistema de Gerenciamento Portuário, o tempo superior a 03 horas de paradas ficam condicionadas à prévia comunicação à fiscalização da SRF.	Desenvolvimento Operacional	Baixa	Médio	Média

22	Indisponibilidade de equipamentos de operação portuária	Indisponibilidade dos equipamentos de içamento de cais para execução de operação a qualquer tempo e a qualquer embarcação.	Operação	Baixa	Médio	Média
23	Falta de Licenciamento de software	Se uma auditoria encontrar um ponto de não conformidade no licenciamento de software, a empresa provavelmente será multada pela infração.	Tecnologia da Informação	Alta	Médio	Média
26	Não respeito ao que estabelece a resolução RESOLUÇÃO Nº 3.274 - ANTAQ, DE 6 DE FEVEREIRO DE 2014. (alterada pela Resolução nº 3.584 - ANTAQ, de 15 de agosto de 2014 e pela Resolução Normativa nº 02-ANTAQ, de 13 de fevereiro de 2015).	Descumprimento de qualquer item especificado no artigo 32 ou 33 da referida resolução.	Desenvolvimento Operacional	Média	Alto	Alta
28	Inconsistências nas informações e dados	Risco na confiabilidade das informações e dados de sistemas e ferramentas de controle, podendo gerar decisões erradas ou equivocadas, ou ainda contribuir para o risco nas operações e imagem da CIPP.	Comercial	Média	Alto	Alta
30	Risco de Gestão de liquidez. Falta ou excesso de Recursos Financeiros para gastos em opex e capex da CIPP S.A.	A não previsão de recursos no orçamento, ou o não cumprimento do cronograma do desembolso estabelecido.	Controladoria	Baixa	Médio	Média
31	Falta de aderência do Cronograma Físico-Financeiro de Obras com a execução física	Não previsto o serviço no orçamento de investimento, consequentemente falta de controle físico da obra.	Engenharia	Média	Alto	Alta
33	Não cumprimento do plano de auditoria	Não cumprimento do cronograma previsto devido a fatores externos ao setor, demora de respostas a demandas, atividades não otimizadas ou processos especiais em quantidade.	Auditoria	Baixa	Alto	Média
39	Greve dos trabalhadores ou manifestações que paralise as atividades total ou parcial	Paralisação das atividades portuárias total ou parcial por ação de sindicatos ou outras entidades.	Gestão de pessoas e Administração	Baixa	Alto	Média

40	Falta de expansão do backup de dados corporativos	A empresa não possuindo um procedimento de backup bem estruturado tem a possibilidade de perder arquivos importantes e não ter como recuperá-los.	Tecnologia da Informação	Média	Baixo	Média
44	Indisponibilidade ou falta parcial ou total dos Sistemas operados e/ou monitorados pelo CCO.	Sistemas do CCO indisponibilizados de acesso e utilização.	Operação	Baixa	Médio	Média
45	Acidentes ambientais causados por fatores externos	Evento não previsível, externo às operações portuárias, mas podem afetar o andamento das operações e a imagem da Companhia	Meio Ambiente	Muito Baixa	Alto	Média
46	Não realização do projeto por ausência de documentos ou informações que impedem a análise de viabilidade e, por consequência, a decisão de investimento pela Diretoria ou Conselho de Administração.	Desistência da execução do projeto ou rescisão na fase de execução, pela CIPP ou pelo Cliente, em razão da falta ou insuficiência de documentos e análises que atestem a viabilidade do negócio.	Projetos Estratégicos	Baixa	Alto	Média
47	Atraso nas atividades de Projetos Estratégicos por parte da CIPP ou do Cliente	Atraso na realização das atividades comprometendo o cronograma final do projeto e o início da operação dos projetos; Atraso no projeto de responsabilidade do cliente.	Projetos Estratégicos	Média	Médio	Média
58	Maximização do resultado financeiro	Aliado a gestão da liquidez, diz respeito a possibilidade de negociação de prazos e rentabilidade dos recursos livres de caixa junto aos produtos ofertados pelas instituições financeiras	Controladoria	Baixa	Médio	Média
59	Não execução do follow up de sugestões da auditoria por parte das Áreas envolvidas	As áreas não executarem ou não cumprem o prazo de execução das sugestões oriundas das auditorias	Auditoria	Média	Alto	Alta
60	Falta de mecanismos de aferição das quantidades movimentadas com o valor faturado impossibilitando a companhia de verificar se o valor faturado é condizente com os serviços efetivamente prestados	Sem essa aferição a companhia não tem como verificar se o valor faturado corresponde a quantidade efetiva de serviço prestado	Financeiro	Alta	Muito Alto	Alta

61	Qualidade de dados inconsistente do nosso sistema operacional. Aqui é o mesmo que o risco 60. Devemos incluir ações de mitigação que implementamos enquanto aguardamos uma solução final.	Muitos questionamentos por parte do cliente acerca das quantidades cobradas; Retrabalho excessivo Risco de demandas judiciais por cobrança indevida Risco de perdas financeiras no caso de faturamento a menor	Financeiro	Alta	Muito Alto	Alta
63	Não classificação de informações sigilosas, conforme Lei de Acesso à Informação.	Disponibilização de informações estratégicas do Complexo do Pecém, as quais estavam sem a devida classificação de informação sigilosas.	Ouvidoria	Média	Muito Alto	Alta
65	Falta de identificação e/ou do registro e da regularização dos imóveis (terrenos) cedidos pelo Estado à companhia,	A não identificação e não regularização dos imóveis poderá impactar a exploração e o uso comercial dos terrenos para a efetivação de novos negócios na área industrial, pois acarreta insegurança jurídica para os investidores	Comercial	Média	Alto	Alta
66	Risco ANTAQ	Modelo quantitativo, desenvolvido pela ANTAQ, para avaliação da conformidade regulatória, melhora da qualidade dos serviços prestados e fortalecer a relação de confiança da agência com os Regulados	Desenvolvimento Operacional	Média	Médio	Média
68	Não conformidade de CREDENCIAMENTOS e AUTORIZAÇÕES	Falhas no credenciamento e fiscalização deste que podem resultar em responsabilidades e danos à imagem.	Comissão de Credenciamento	Média	Médio	Média
69	Perda e Falta de Controle de Ativos e Inativos	Falta de ambiente reservado sob o controle do Patrimônio para a guarda de bens, inclusive dos inservíveis.	Financeiro	Média	Baixo	Média
71	Despesas imprevistas oriundas da não utilização das Garantias Contratuais	Pagamentos de bens ou serviços que poderiam não ser efetuados por estarem em períodos de garantia	Compras e Contratos	Média	Alto	Alta
72	Ausência de sistemas e melhorias nos existentes	Carência de automação das atividades (sistemas)	Tecnologia da Informação	Alta	Alto	Alta

75	Não realização ou atraso na realização de projeto pela falta de alinhamento do Comitê ou direcionamento para as áreas afins definirem suas ações de curto, médio e longo prazo.	Caso o Comitê Estratégico não indique assertivamente para as áreas executoras da Companhia (comercial, engenharia, operação, financeiro, etc.) as ações necessárias para efetivação dos projetos estratégicos.	Projetos Estratégicos	Baixa	Alto	Média
78	Perda de receita e espaço por cargas nacionalizadas abandonadas	Cargas nacionalizadas abandonadas estão a muito tempo nos armazéns ocupando espaço, com pequena possibilidade de gerar receita e impossibilitando a liberação de espaço para outras cargas com o potencial de gerar receita para a companhia de forma mais imediata.	Gerência de Registro e Armazenagem			#N/D
79	Embarcações suspeitas acessando a ATPP para realizar atividades ilícitas	Durante o período noturno, uma embarcação de pequeno porte acessa a ASTPP para realizar atividades ilícitas como a passagem de drogas e/ou armas para os navios atracados.	Segurança Patrimonial	Baixa	Alto	Média
80	Falta de cabeamento estruturado da rede de dados corporativo	O cabeamento da rede de dados corporativo é extremamente inadequado, sem projeto, sem certificação e sem nenhum planejamento.	Tecnologia da Informação	Alta	Alto	Alta
81	Falta de expansão do armazenamento	A empresa não possui expansão de armazenamento de dados corporativos, tendo a possibilidade real de perder arquivos importantes e não ter onde recuperá-los.	Tecnologia da Informação	Alta	Alto	Alta
82	Conectividade corporativa inexistente de base no Terminal	A empresa não possui uma rede efetiva e global no Terminal, que sirva de base para a consecução de várias tarefas, controle de ativos, monitoramento, rastreamento,...	Tecnologia da Informação	Média	Médio	Média
83	Não conformidade com as exigências legais para contratações públicas.	Falha na análise dos processo e emissão dos documentos que formalizam as contratações, no que se refere à legislação pertinente, buscando evitar prejuízos à Administração e proteger os agentes públicos de eventuais apontamentos e responsabilizações pelos órgãos de controle.	Compras e Contratos	Baixa	Alto	Média

84	Falta de contingência do parque tecnológico	A empresa não possui um contingência do parque tecnológico, que sirva para substituição do parque de produção, em caso de perda total por quaisquer motivos	Tecnologia da Informação	Baixa	Alto	Média
-----------	---	---	--------------------------	--------------	-------------	--------------